

MORALIDADE ADMINISTRATIVA



ÍNDICE

5

Boletim Informativo – CAOPAM

6

MP lança painel que apresenta investimentos municipais com festas juninas

7

MP intensifica atuação preventiva para aumentar transparência dos gastos municipais com festas juninas

7

“Selo Transparência” será concedido a gestores que prestarem informações para painel sobre gastos com São João

8

Amplia em 500% número de Municípios que enviaram dados sobre investimentos para festas juninas

8

Gestores têm até 31 julho para enviar informações sobre investimentos com festejos juninos

8

Painel da transparência recebe informações dos investimentos juninos de 165 Municípios

9

Painel eletrônico visa dar transparência a gastos públicos com festas juninas

9

Documento técnico é expedido para orientar atuação de promotores de Justiça quanto a gastos públicos com festejos juninos

9

Reunião alinha dados para construção de painel de transparência de gastos com festas juninas

10

MP aciona ex-prefeito de Biritinga por irregularidades na nomeação em concurso público

10

Ex-presidente da Câmara Municipal de Biritinga é acionado por improbidade administrativa

ÍNDICE

- 10 Ação requer que ex-prefeito de Biritinga seja condenado a devolver mais de R\$ 120 mil ao Município
- 11 MP aciona prefeito e Município de Bom Jesus da Lapa por improbidade administrativa em razão de contratações ilegais
- 11 Prefeito de Bom Jesus da Lapa é acionado por improbidade administrativa em razão de irregularidades no Portal da Transparência
- 11 Município de Cipó exonera secretária municipal a pedido do MP
- 12 Reunião discute revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Camaçari
- 12 Município de Barrocas é acionado após não fornecer EPIs nem pagar gratificações à Guarda Municipal
- 12 Município de Juazeiro se compromete a exonerar servidores em situação irregular
- 12 Ex-secretário de Saúde e empresário de Poções são acionados para devolver mais de R\$ 174 mil aos cofres públicos
- 13 MP acompanha aplicação de prova do Samu em Feira de Santana
- 13 Ação civil pública visa realização de concurso público para professores em Aracatu
- 13 Recomendação visa adequação de processos seletivos em Nazaré
- 14 MP firma acordo com Município de Adustina para realização de concurso público

ÍNDICE

14	Acordo judicial anula provas e elimina candidatos irregulares do concurso de professores da Uneb
14	MP recomenda que Município de Sobradinho realize concurso público
14	MP recomenda suspensão de concurso em João Dourado
15	MP recomenda à Sefaz suspensão de processo seletivo simplificado para contratação de 60 profissionais
15	Câmara Municipal de São Francisco do Conde se compromete a realizar concurso público
15	MP aciona Município de Caraíbas para realização de concurso público
16	Informativos do STF
18	Informativos do STJ
20	Expediente



Prezados colegas,

Apresento a terceira edição do boletim informativo do CAOPAM no ano de 2023. O boletim será publicado bimestralmente e tem por propósito condensar as principais informações da área de defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa correspondentes ao bimestre abrangido. Divulgaremos as notícias relativas à atuação do MPBA, prestigiando ações de destaque. Além disso, traremos as principais decisões judiciais do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça no período. Apresentaremos as consultas e demais produções relevantes do CAOPAM. Por fim, difundiremos peças jurídicas de interesse para nossa área de atuação.

O objetivo é entregar aos leitores um boletim enxuto e preciso, o que não descarta, quando oportuno, a inclusão de materiais de outra natureza, tais como artigos e trabalhos acadêmicos, jurídicos ou não, que tenham relação com a defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa. A publicação está sujeita a constante aperfeiçoamento e, para isso, contamos com as críticas e sugestões dos colegas.

Boa leitura!

Frank Monteiro Ferrari
Promotor de Justiça
Coordenador do CAOPAM

14/06/2023



MP lança painel que apresenta investimentos municipais com festas juninas

Um painel eletrônico que reúne informações sobre os investimentos de municípios baianos com festas juninas foi lançado pelo Ministério Público estadual na manhã de hoje, dia 14. O lançamento reuniu promotores de Justiça, chefes e representantes dos Tribunais de Contas do Estado (TCE) e dos Municípios (TCM), dos Ministérios Públicos de Contas junto ao TCE e TCM, União dos Municípios da Bahia (UPB), União das Controladorias Internas do Estado da Bahia (Ucib), além de prefeitos e secretários de diversos municípios. “Um momento de celebração e reconhecimento”, registrou o coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Proteção à Moralidade Administrativa (Caopam), promotor de Justiça Frank Ferrari, que, juntamente com a promotora de Justiça Rita Tourinho, parabenizou os 173 municípios que enviaram ao MP a planilha de custos com as festas juninas (2022 e 2023) e receberam o ‘Selo da Transparência’.

Frank Ferrari apresentou as funcionalidades do painel, que pode ser conferido em paineljunino.mpba.mp.br e é composto apenas por dados voluntariamente informados pelos municípios com relação a contratações de artistas para o São João. Nele constam os nomes dos municípios, abas para pesquisa da programação das festas, artistas contratados e valores pagos por cada Município. [...]

[Acesse o painel](#)

23/05/2023

MP intensifica atuação preventiva para aumentar transparência dos gastos municipais com festas juninas

O Ministério Público estadual intensificou a fiscalização dos gastos públicos municipais com os festejos juninos de 2023, por meio de atuação preventiva e colaborativa junto aos gestores municipais, com o objetivo de conferir maior transparência à aplicação dos recursos e contribuir para evitar danos ao erário. Desde o último mês de abril, quando a procuradora-geral de Justiça Norma Cavalcanti recomendou aos promotores de Justiça a adoção de medidas de prevenção, a Instituição já instaurou mais de 120 procedimentos para acompanhar os gastos com a festa em municípios baianos. Segundo os dados extraídos do sistema interno do MP, até o momento, são 122 procedimentos em 57 municípios. Segundo o coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Proteção à Moralidade Administrativa (Caopam), promotor de Justiça Frank Ferrari, a ação de fiscalização e acompanhamento acontece de forma articulada entre o MP, os Tribunais de Contas do Estado (TCE) e dos Municípios (TCM), e os Ministérios Públicos de Contas junto ao TCE e TCM, e a Rede de Controle da Gestão Pública. Juntas, as instituições estão desenvolvendo mecanismos que colaborem com a gestão dos recursos [...]

[+ Notícia completa](#)

18/05/2023

“Selo Transparência” será concedido a gestores que prestarem informações para painel sobre gastos com São João

Reunião realizada hoje, dia 18, entre o Ministério Público estadual e a União dos Municípios da Bahia (UPB) discutiu e deliberou sobre os detalhes do “Selo Transparência”, que será conferido aos entes públicos que colaborarem com o fornecimento de informações solicitadas pelos órgãos de controle quanto a gastos públicos com festas juninas. Segundo o coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Proteção à Moralidade Administrativa (Caopam), promotor de Justiça Frank Ferrari, a concessão do selo faz parte do processo de construção conjunta de um painel eletrônico [...]



[+ Notícia completa](#)

05/06/2023

Amplia em 500% número de Municípios que enviaram dados sobre investimentos para festas juninas

O ‘Painel da Transparência’ dos investimentos juninos recebeu até esta segunda-feira, dia 5, informações de 136 municípios baianos em relação aos festejos de 2022 e 2023. O prazo para envio de dados foi prorrogado até as 12h da próxima quarta-feira, dia 7, na perspectiva de que mais Prefeituras colaborem com a construção do painel. Desde a primeira prorrogação, o número de Municípios que enviaram as planilhas de investimento saltou mais de 500%. A prorrogação do prazo foi comunicada, via ofício, à União das Controladorias Internas do Estado da Bahia (Ucib) e à União dos Municípios da Bahia (UPB), que têm colaborado com a difusão do pedido de informações. O Ministério Público estadual também oficiou a [...]

[+ Notícia completa](#)

19/06/2023

Gestores têm até 31 julho para enviar informações sobre investimentos com festejos juninos

Os gestores públicos responsáveis pela organização de festas que deixaram de enviar informações para o Painel de Transparência dos Festejos Juninos têm prazo até o dia 31 de julho para encaminhar os dados solicitados e serão distinguidos com um “Certificado de Colaboração”, pelo Ministério Público da Bahia, como reconhecimento pela iniciativa que visa garantir a transparência dos investimentos [...]



[+ Notícia completa](#)

08/06/2023

Painel da transparência recebe informações dos investimentos juninos de 165 Municípios

Um total de 165 Municípios enviou ao Ministério Público estadual a planilha de investimentos relativos às festas juninas de 2022 e 2023. O prazo para o envio terminou ao meio-dia da quarta-feira, dia 7. As informações prestadas serão disponibilizadas no ‘Painel da Transparência’, que ficará disponível ao cidadão no site do MP e terá as funcionalidades apresentadas à sociedade baiana no próximo dia 14, em audiência pública que ocorrerá na sede do MP da Bahia, no CAB, em Salvador, a partir das 9h. O painel faz parte da atuação de fiscalização, de caráter preventivo e colaborativo, desenvolvida de forma articulada entre o MP, os Tribunais de Contas do Estado (TCE) e dos Municípios (TCM), os Ministérios Públicos de Contas junto ao TCE [...]

[+ Notícia completa](#)

08/05/2023

Painel eletrônico visa dar transparência a gastos públicos com festas juninas

Um painel eletrônico que visa dar transparência aos gastos públicos com festas juninas está sendo desenvolvido pelo Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA), em parceria com Tribunais de Contas do Estado (TCE) e dos Municípios (TCM), os Ministérios Públicos de Contas junto ao TCE (MPC/TCE) e ao TCM (MPC/TCM) e com a Rede de Controle da Gestão Pública no Estado da Bahia. O objetivo é fornecer à sociedade uma ferramenta que dê [...]



[+ Notícia completa](#)

03/05/2023

Documento técnico é expedido para orientar atuação de promotores de Justiça quanto a gastos públicos com festejos juninos

A atuação do Ministério Público estadual na fiscalização dos gastos públicos com as festas juninas em 2023 busca a prevenção de danos ao erário e a preservação dos festejos a partir do diálogo com os gestores municipais. A diretriz de atuação, divulgada em abril deste ano em recomendação-geral expedida pela procuradora-geral de Justiça Norma Cavalcanti, foi reforçada hoje, dia 3, a partir de Orientação Técnica (OT) expedida pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Proteção à Moralidade Administrativa (Caopam). Segundo o coordenador do Centro, o promotor de Justiça Frank Ferrari, o documento compartilhado traz subsídios [...]

11/05/2023

Reunião alinha dados para construção de painel de transparência de gastos com festas juninas

Uma reunião de alinhamento de dados para construção do painel de preços das contratações de artistas para os festejos juninos foi realizada hoje, dia 11, com os integrantes do Ministério Público estadual, promotores de Justiça Frank Ferrari e Rita Tourinho; presidentes do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Marcus Presídio, do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), Francisco Netto, procuradoras-gerais dos MPs [...]



[+ Notícia completa](#)

04/05/2023

MP aciona ex-prefeito de Biritinga por irregularidades na nomeação em concurso público

O Ministério Público estadual ajuizou ação civil pública contra o ex-prefeito de Biritinga Antônio Celso Avelino de Queiroz em razão dele ter nomeado e dado posse após o concurso de público nº 001/2011 ter expirado, e sem sequer os nomeados terem sido aprovados para seus respectivos cargos. Segundo consta na ação civil pública, o Município de Biritinga promulgou o edital do concurso visando preencher cargos com função técnica de nível escolar fundamental, médio e superior, o qual foi homologado em 27 de maio de 2012, sendo prorrogado por dois anos, em 27 de abril de 2014. Após o concurso ter expirado, o ex-gestor municipal nomeou e deu posse a pessoas que não foram aprovadas no certame no dia 3 de janeiro de 2017. Na ação, a Promotoria de Justiça [...]

[+ Notícia completa](#)

29/06/2023

Ex-presidente da Câmara Municipal de Biritinga é acionado por improbidade administrativa

O Ministério Público estadual ajuizou ação civil pública contra o ex-presidente da Câmara de Vereadores do Município de Biritinga em razão de irregularidades nas contribuições sociais destinadas à Previdência Social de servidores da Câmara. Na ação, de autoria da Promotoria de Justiça de Serrinha, o MP requer que a Justiça condene José Adilson Lima dos Anjos ao ressarcimento aos cofres da Câmara de Vereadores de Biritinga de cerca de R\$ 17 mil. O procedimento do MP foi aberto após o Ministério Público Federal enviar ofício da Receita Federal, noticiando a existência de representação fiscal em desfavor da Câmara de Vereadores de Biritinga, cujo presidente na época era o acionado José Adilson dos Anjos. Conforme a ação, verificou-se no dia [...]

[+ Notícia completa](#)

30/06/2023

Ação requer que ex-prefeito de Biritinga seja condenado a devolver mais de R\$ 120 mil ao Município

O Ministério Público estadual ajuizou ação civil pública de ressarcimento de danos ao erário contra o ex-prefeito de Biritinga, Joaquim Carneiro Lobo, ontem, dia 29. No documento, o promotor de Justiça Marco Aurélio Amado solicita à Justiça que condene o ex-gestor a ressarcir ao Município o montante de R\$ 127.290,95. O valor, requer a ação, deve ser acrescido de juros e correção monetária desde a ocorrência do fato, em 2005, até seu efetivo pagamento. De acordo com a ação, Joaquim Lobo foi prefeito do Município entre os anos de 2004 a 2008. No ano de 2005, ele não comprovou a destinação de recursos oriundos do Fies, do salário educação e do Cide, que, conforme o Tribunal de Contas dos Municípios, totalizaram [...]

[+ Notícia completa](#)

05/05/2023

MP aciona prefeito e Município de Bom Jesus da Lapa por improbidade administrativa em razão de contratações ilegais

O Ministério Público estadual, por meio do promotor de Justiça Paulo Victor Zavarize, ajuizou ação civil pública contra o prefeito de Bom Jesus da Lapa, Fábio Nunes Dias, pela prática de ato de improbidade administrativa. Além disso, o MP também acionou o prefeito e o Poder Público requerendo, em caráter liminar, que a Justiça proíba contratações temporárias para qualquer função ou atividade sem que estejam presentes todos os requisitos constitucionais e legais; e que o Município seja obrigado a rescindir os contratos celebrados que estejam em desacordo com as normas constitucionais em até dez meses, prazo suficiente para a realização de concurso público. [...]

+ Notícia completa

07/06/2023

Prefeito de Bom Jesus da Lapa é acionado por improbidade administrativa em razão de irregularidades no Portal da Transparência

O Ministério Público estadual ajuizou no dia 1º deste mês ação civil pública contra o Município de Bom Jesus da Lapa para que regularize o Portal da Transparência da cidade, adequando-o às exigências contidas na Lei Complementar nº 101/2000. Além disso, a administração municipal deve adequar o portal às alterações introduzidas [...]



+ Notícia completa

30/06/2023

Município de Cipó exonera secretária municipal a pedido do MP

Após recomendação expedida pelo Ministério Público estadual, o Município de Cipó exonerou a secretária municipal de Desenvolvimento Social em razão de nepotismo. Marilene Soraia Reis do Nascimento, esposa do prefeito José Marques dos Reis, foi exonerada no último dia 28 de junho, conforme publicação de decreto municipal. Segundo o promotor de Justiça Vladimir Ferreira Campos, autor da recomendação, a 'existência de ocupantes de cargos dessa natureza que possuam relação familiar com a autoridade nomeante ou com outros servidores da mesma pessoa jurídica ou que tenham sido nomeados em virtude de designação recíproca ou troca de favores, pode representar violação aos princípios da impessoalidade [...]

+ Notícia completa

04/05/2023

Reunião discute revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Camaçari

O Ministério Público estadual, por meio do promotor de Justiça Luciano Pitta, participou hoje, dia 4, de uma reunião com a Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente de Camaçari (Sedur), Andrea Montenegro, para discutir a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) do Município, bem como do cronograma de audiências públicas que ocorrerão. O promotor e a secretária [...]

[+ Notícia completa](#)

24/05/2023

Município de Juazeiro se compromete a exonerar servidores em situação irregular

Servidores do Município de Juazeiro, que se encontram em situação irregular, devem ser exonerados dos quadros municipais até o próximo mês de agosto. Esse foi o compromisso assumido pela prefeita Suzana Alexandre de Carvalho Ramos em Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com o Ministério Público estadual, no dia 04 de maio. Segundo a promotora de Justiça Daniela Baqueiro Leal[...]

[+ Notícia completa](#)

09/05/2023

Município de Barrocas é acionado após não fornecer EPIs nem pagar gratificações à Guarda Municipal

O Ministério Público estadual solicitou à Justiça que o Município de Barrocas seja obrigado a comprar equipamentos de proteção individual (EPIs), como coletes antibalísticos, e pague o adicional de periculosidade de 30% previsto por lei para os guardas municipais. A ação civil pública foi ajuizada pela 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha. O MP solicitou também que sejam exonerados os guardas contratados sem concurso [...]

[+ Notícia completa](#)

05/06/2023

Ex-secretário de Saúde e empresário de Poções são acionados para devolver mais de R\$ 174 mil aos cofres públicos

O Ministério Público estadual, por meio do promotor de Justiça Ruano da Silva Leite, pediu que a Justiça condene o ex-secretário de Saúde de Poções, a empresa Hidro's Comércio e Serviços Limitada e o seu então representante, a ressarcir, de forma solidária, R\$ 174.256,36 aos cofres públicos municipais, por conta de danos ao erário causados entre 14 de abril [...]

[+ Notícia completa](#)

08/05/2023

MP acompanha aplicação de prova do Samu em Feira de Santana

O Ministério Público estadual, por meio da promotora de Justiça Marina Miranda Almeida das Neves, acompanhou ontem, dia 7, a aplicação das provas do concurso para provimento de cargos no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) de Feira de Santana. A promotora de Justiça esteve no Centro Integrado de Educação Municipal Professor Joselito Falcão de Amorim, que funcionou como sede administrativa dos assuntos relacionados ao certame [...]



+ Notícia completa

21/06/2023

Ação civil pública visa realização de concurso público para professores em Aracatu

O Ministério Público estadual, por meio do promotor de Justiça Alex Bacelar, ajuizou ontem, dia 20, ação civil pública contra o Município de Aracatu para que seja realizado concurso público para professores na cidade. Na ação, o MP requer que a Justiça determine que o Município de Aracatu, no prazo de 90 dias, realize concurso público para o preenchimento de todos os cargos de professor de seu quadro de pessoal que se encontram ocupados por contratados temporários fora das hipóteses da Lei Municipal nº 547/2018. Segundo o promotor de Justiça Alex Bezerra Bacelar, o inquérito civil que embasou a ação constatou que cerca de 40% dos professores do Município estavam contratados sob regime precário, violando o princípio constitucional [...]

+ Notícia completa

29/06/2023

Recomendação visa adequação de processos seletivos em Nazaré

O Ministério Público estadual recomendou ontem, dia 28, à prefeita de Nazaré que promova uma série de adequações em processos seletivos que visam o preenchimento de cargos no Município. Segundo o promotor de Justiça Samory Pereira Santos, os processos que preveem vagas para cargos como médicos, psicólogos, enfermeiros, dentistas, motoristas e auxiliar administrativo estão destoando do que dispõem as leis e [...]



+ Notícia completa

26/05/2023

MP firma acordo com Município de Ajustina para realização de concurso público

O Ministério Público estadual firmou ontem, dia 25, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Município de Ajustina para realização de concurso público. Segundo o promotor de Justiça Ariel José Guimarães, autor do TAC, o MP instaurou um inquérito após uma auditoria realizada pela Secretaria Estadual de Saúde (Sesab), que constatou significativo número de profissionais não contratados por intermédio de concurso [...]

[+ Notícia completa](#)

06/06/2023

MP recomenda que Município de Sobradinho realize concurso público

O Ministério Público estadual recomendou que o Município de Sobradinho realize concurso público para prover todos os cargos efetivos da Prefeitura, substituindo os empregados contratados temporariamente para exercer cargos típicos de carreira. A recomendação, expedida ontem, dia 5, pelo promotor de Justiça Alison da Silva Andrade, dá um prazo de 60 dias para que o Município realize um estudo de viabilidade financeira [...]

[+ Notícia completa](#)

31/05/2023

Acordo judicial anula provas e elimina candidatos irregulares do concurso de professores da Uneb

O Ministério Público estadual, por meio da promotora de Justiça Rita Tourinho, firmou nesta quarta-feira, dia 31, acordo judicial com a Universidade do Estado da Bahia (Uneb) que prevê a aplicação de medidas contra fraudes identificadas no concurso para vagas de professor auxiliar nível A, realizado em junho de 2022 e suspenso pela Justiça a pedido do MP em agosto do ano passado. O acordo foi firmado dentro do processo da ação [...]

[+ Notícia completa](#)

21/06/2023

MP recomenda suspensão de concurso em João Dourado

Problemas identificados em edital de concurso público lançado pelo Município de João Dourado levaram o Ministério Público estadual a recomendar ontem, dia 20, ao prefeito municipal que, no prazo de 24 horas, suspenda o edital do processo seletivo para provimento de cargos do quadro da Secretaria de Saúde do Município. O concurso prevê vagas para agentes comunitários de saúde e, segundo a promotora de Justiça [...]

[+ Notícia completa](#)

04/05/2023

MP recomenda à Sefaz suspensão de processo seletivo simplificado para contratação de 60 profissionais

O Ministério Público estadual, por meio da promotora de Justiça Rita Tourinho, recomendou ontem, dia 3, à Secretaria Municipal da Fazenda (Sefaz) a suspensão imediata do processo seletivo simplificado para contratação de 60 profissionais para as funções temporárias de técnico superior, e técnico superior em Economia, em Ciências Contábeis, em Estatística e em Direito. A promotora de Justiça ressaltou que o Município de Salvador autorizou a realização do referido processo seletivo para contratação de 60 profissionais para desempenharem atividades na Sefaz, por tempo determinado, em Regime Especial de Direito Administrativo (Reda). “No entanto, de acordo com a Lei Complementar [...]

[+ Notícia completa](#)

11/05/2023

Câmara Municipal de São Francisco do Conde se compromete a realizar concurso público

O Ministério Público estadual firmou hoje, dia 11, Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) com a Câmara Municipal de São Francisco do Conde para regularizar os cargos comissionados e realizar concurso público para provimento de cargos efetivos. No TAC, de iniciativa das promotoras de Justiça Mariana Pacheco e Daniela Baqueiro, a Câmara [...]



[+ Notícia completa](#)

03/05/2023

MP aciona Município de Caraíbas para realização de concurso público

O Ministério Público estadual ajuizou ação civil pública no último dia 1º contra o Município de Caraíbas requerendo, em caráter de urgência, que a Justiça determine a realização de concurso público para provimento de cargos efetivos no prazo máximo de seis meses. Além disso, o Município deve dar ampla publicidade ao edital de abertura para preenchimento de todos os cargos para os serviços ordinários permanentes, em substituição aos contratos temporários. Segundo o promotor de Justiça Marco Aurélio Rubick, autor da ação civil pública, o Município de Caraíbas realizou, pela última vez, concurso para preenchimento de cargos municipais no ano de 1999, mantendo-se em seus quadros uma estrutura de pessoal sob o regime de contrato [...]

[+ Notícia completa](#)



Nº 1092/2023 - Brasília, 09 de maio de 2023

Impedimento da aposentadoria voluntária e da exoneração a pedido de servidor estadual que responde a processo administrativo disciplinar - ADI 6.591/DF

RESUMO: É constitucional norma estadual que impede a exoneração a pedido e a aposentadoria voluntária de servidor que responde a processo administrativo disciplinar (PAD). Contudo, é possível conceder a aposentadoria ao investigado quando a conclusão do PAD não observar prazo razoável. [...]

[+ Informativo completo](#)

Nº 1092/2023 - Brasília, 09 de maio de 2023

Serventias extrajudiciais: regras atinentes ao concurso para ingresso na carreira notarial por lei estadual - ADPF 209/SP

RESUMO: É incompatível com a Constituição Federal de 1988 — por violar a competência da União para definir os princípios básicos a serem seguidos na execução dos serviços notariais e de registro (CF/1988, art. 236) — norma estadual que objetiva regulamentar a forma de provimento de suas serventias extrajudiciais, fixando regras do concurso para ingresso e remoção nos respectivos cartórios. [...]

[+ Informativo completo](#)



📅 Nº 1093/2023 - Brasília, 12 de maio de 2023

Agentes de combate às endemias: norma que define o regime jurídico da categoria - ADI 5.554/DF

RESUMO: É constitucional a Lei 13.026/2014, na parte em que cria o Quadro em Extinção de Combate às Endemias e autoriza a transformação dos empregos públicos criados pelo art. 15 da Lei 11.350/2006 no cargo de Agente de Combate às Endemias, a ser regido pela Lei 8.112/1990 (regime estatutário). [...]

+ Informativo completo

[Clique aqui para acessar mais Informativos do STF](#)

Nº 774/2023 - Brasília, 16 de maio de 2023

Improbidade administrativa. Inquérito civil público. Investigado. Prerrogativa de foro. Supervisão da investigação. Ausência de natureza criminal. Nulidade. Usurpação de competência do Tribunal de Justiça local. Não ocorrência.

DESTAQUE: Não há usurpação de competência do Tribunal de Justiça local quanto à supervisão de investigação contra detentor de prerrogativa de foro no âmbito de inquéritos civis e ações de improbidade administrativa. [...]

[+ Informativo completo](#)

Nº 776/2023 - Brasília, 30 de maio de 2023

Improbidade administrativa. Tema 1199/STF. Lei n. 14.230/2021. Aplicação retroativa. Interpretação restritiva. Atos ímprobos culposos não transitados em julgado. Adstrição.

RESUMO: Em atenção ao Tema 1199/STF, deve-se conferir interpretação restritiva às hipóteses de aplicação retroativa da Lei n. 14.230/2021, adstringindo-se aos atos ímprobos culposos não transitados em julgado. [...]

[+ Informativo completo](#)





 Nº 779/2023 - Brasília, 20 de junho de 2023

Improbidade administrativa. Responsabilidade política e criminal. DL n. 201/1967. Agentes políticos. Aplicação.

DESTAQUE: Os agentes políticos municipais se submetem aos ditames da Lei de Improbidade Administrativa, sem prejuízo da responsabilização política e criminal estabelecida no DL n. 201/1967. [...]

[+ Informativo completo](#)

[Clique aqui para acessar mais Informativos do STJ](#)





Procuradora-Geral de Justiça

Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti

CAOPAM - Coordenação

Frank Monteiro Ferrari

Alicia Violeta Botelho Sgadari Passeggi

CAOPAM - Assistentes Técnico-Administrativos

Evanilda da Silva Santos

Juliana Fernandes Prado

Juliana Gouvea Dumas

Leandro Rodrigues Blanco

CAOPAM – Setor jurídico

Renata Sueli Leite Araújo Barreto

Vanessa Pontes de Paula

Juliano Batista de Oliveira



caopam@mpba.mp.br

71 3103-6400

71 3103-6653



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL ÀS PROMOTORIAS DE PROTEÇÃO À MORALIDADE - CAOPAM

Endereço: Av. Joana Angélica, 1312, Nazaré – Salvador/ BA. CEP: 40050-002



Edições Anteriores
Clique aqui